

Financiamento climático começa nos territórios



» CRISTIANE AZEVEDO
Diretora Superintendente do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN)

A crise climática tem levado governos, organismos multilaterais, empresas e instituições filantrópicas a mobilizarem volumes crescentes de recursos. Em 2024, os fluxos globais de financiamento climático ultrapassaram US\$ 2 trilhões. Para 2025, foram estimados em US\$ 2,1 trilhões. O valor é expressivo, mas ainda distante dos cerca de US\$ 7,8 trilhões anuais que, segundo a Climate Policy Initiative, serão necessários até 2030 e US\$ 9 trilhões anuais entre 2031 e 2035.

O desafio não se resume a ampliar o financiamento. É preciso discutir como esses recursos circulam, quem participa das decisões e quais organizações têm condições de acessá-los. Nesse contexto, uma pergunta continua recebendo menos atenção: quem já vinha construindo respostas para a crise climática antes mesmo de ela ocupar o centro da agenda internacional? A resposta está nos territórios.

Povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares, movimentos sociais e organizações locais desenvolvem, há gerações, formas de produzir, conservar e viver baseadas no conhecimento dos territórios. Esse conhecimento não é complementar à ação climática. Ele constitui parte essencial das respostas para proteger a biodiversidade, reduzir vulnerabilidades e ampliar a capacidade de adaptação.

Ao longo de mais de três décadas, o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN), por meio do

Fundo Ecos, acompanha e apoia iniciativas dessa natureza. O Fundo já destinou mais de US\$ 31 milhões a mais de mil projetos de organizações de base comunitária, especialmente no Cerrado, na Amazônia e na Caatinga.

Essa trajetória mostra que as transformações mais consistentes raramente começam com modelos concebidos a distância. Elas surgem da combinação entre conhecimento territorial, organização social e recursos adequados às realidades locais.

O caminho dos recursos também importa. Embora esses instrumentos tenham sua importância, o acúmulo de exigências produz uma contradição: as organizações mais próximas dos problemas e das soluções são frequentemente aquelas que enfrentam maiores dificuldades para acessar o financiamento.

As diretrizes da OCDE afirmam que o financiamento deve ser flexível, previsível e de longo prazo, mas estima-se que menos de 10% dos fundos climáticos estejam dedicados ao desenvolvimento localmente liderado. É preciso rever a maneira como riscos, capacidades, responsabilidades são compreendidos e reconhecer o protagonismo das organizações e comunidades na construção das soluções.

Relações construídas ao longo do tempo permitem compreender os contextos dos projetos, fortalecer as organizações e ajustar mecanismos de acompanhamento, transparência e prestação de contas às diferentes realidades. Isso não significa abandonar critérios, controles ou procedimentos de integridade, mas construir mecanismos proporcionais aos riscos e reconhecer capacidades que nem sempre aparecem em documentos formais. A responsabilidade deixa de ser uma obrigação administrativa e passa a ser um compromisso compartilhado, baseado em objetivos comuns e diálogo.

Existe uma infraestrutura capaz de fazer os

recursos chegarem a quem as desenvolve. Fundos independentes e de justiça socioambiental conectam recursos a organizações e iniciativas locais. No Brasil, a Rede Comuá reúne 20 fundos e organizações doadoras independentes. Um mapeamento demonstrou que 14 organizações da Rede haviam doado quase R\$ 472 milhões até 2021.

No âmbito internacional, a Alianza Socioambiental Fondos del Sur articula fundos socioambientais do Sul Global. Em 2024, seus membros destinaram cerca de US\$ 14 milhões a organizações de base, povos indígenas, instâncias de governança local e empreendimentos comunitários.

A participação do ISPAN e do Fundo Ecos nessas redes integra o fortalecimento dos fundos independentes de justiça socioambiental e de sistemas de financiamento mais acessíveis, diversos e próximos dos territórios. Fazer mais recursos chegarem aos territórios por meio desses fundos não significa apenas ampliar a capilaridade ou a eficiência do financiamento climático. Significa também transformar a maneira como circulam recursos, decisões e poder.

Quando organizações próximas aos territórios participam da definição de prioridades e dispõem de recursos flexíveis para apoiar soluções construídas localmente, comunidades, povos indígenas e organizações de base deixam de ser apenas executores de agendas definidas externamente. Ampliam sua capacidade de decidir, propor e sustentar respostas aos desafios socioambientais.

Democratizar o financiamento climático é ampliar quem pode imaginar, propor e participar das decisões. Fazer com que recursos e poder de decisão estejam mais próximos daqueles que vivem, conhecem e cuidam dos territórios contribui para construir respostas mais justas, fortalecer a democracia e transformar em realidade aquilo que ainda parece impossível.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



A areia movediça da República

Se você ainda não discutiu e rompeu com amigos, vizinhos e familiares por motivos políticos ou eleitorais, aproveite, pois o tempo para que a sanidade prevaleça parece escasso. Tal afirmação divulgada nas redes sociais que outrora soaria como um exagero retórico ou uma hipérbole cômica, tornou-se o retrato de um cenário surreal de divisão e antagonismo que predomina na sociedade brasileira contemporânea. O tecido social do país encontra-se esgarçado, tensionado ao limite por uma lógica binária que não admite nuances, diálogo ou consenso.

Dividir para dominar

Para o infortúnio da pacificação nacional, é uma tática que ainda funciona com precisão matemática. Ao longo da última década, o ambiente de discórdia foi meticulosamente cultivado no Brasil, alçado à política de Estado sob o famigerado mote do "nós contra eles".

Engenharia social

Na realidade nua e crua, habitamos hoje um mundo onde parece predominar cada vez mais a ameaça onipresente das notícias falsas e da guerra de narrativas. O conceito de "verdade" foi relativizado a tal ponto que os fatos objetivos perdem relevância diante das crenças preestabelecidas de cada bolha ideológica. A desinformação não é mais um acidente de percurso, mas, sim, um modelo de negócios e uma arma de engenharia social altamente rentável.

Sem régua, sem regras

Nesse ecossistema de incertezas, até mesmo os termômetros da nossa democracia começam a falhar. Os institutos de pesquisa de opinião, outrora balizas fundamentais para a leitura do humor da sociedade, muitas vezes ajudam a aumentar a dose de incertezas, seja por metodologias que não conseguem mais capturar o eleitor "escondido", seja pelo bombardeio sistemático contra a credibilidade de seus levantamentos. A sensação que impera na sociedade é de uma vertigem constante; caminhamos todos os dias, inegavelmente, sobre areia movediça, onde nenhum dado parece sólido o suficiente para sustentar um debate racional.

Venda

O que pouco se comenta nos salões de poder, imersos que estão em suas próprias batalhas retóricas de curto prazo, é que a base da pirâmide social já atingiu seu limite. A sociedade civil está profundamente farta e exausta após sucessivas décadas de escândalos de corrupção. A impunidade, que sempre foi um traço marcante da formação estatal brasileira, havia sofrido reveses históricos num passado recente, gerando na população uma centelha de esperança de que a lei, finalmente, valeria para todos.

S.O.S.

No entanto, o clima geral, impulsionado por reviravoltas dramáticas, chegou a um estado de paroxismo. Quando a desilusão com o Executivo e o Legislativo atinge níveis críticos, o cidadão comum naturalmente volta os olhos para o Poder Judiciário, enxergando nele a última fronteira segura, o bastião da moralidade e da ordem. O drama profundo do momento atual do Brasil reside exatamente no fato de que essa última fronteira foi também tragada pela voraz crise de credibilidade que assola a República.

Testando limites

Como já foi alertado de forma exaustiva por juristas independentes e por editoriais ao longo dos últimos anos, o que começa mal não poderia jamais acabar bem. Assistimos a um desmonte institucional chancelado por quem deveria zelar pela estabilidade. Com o advento de descondenções surpreendentes, anulações de processos inteiros por vícios de forma ou CEPs judiciais tardiamente questionados e uma proliferação de chicanas jurídicas que afrontam o senso comum de justiça, a espinha dorsal da confiança nas instituições foi fraturada.

"Nós nos protegemos"

Para o homem e a mulher comuns, que pagam seus impostos e enfrentam o rigor da lei em suas vidas cotidianas sem o benefício de bancas de advogados milionários, essas manobras transmitem uma mensagem letal: a de que as regras do jogo são moldáveis à conveniência dos donos do poder. Quando o cidadão deixa de acreditar que o árbitro do jogo é imparcial, o próprio jogo perde o sentido, e abre-se espaço para a barbárie, para o radicalismo e para o questionamento do próprio sistema democrático.

A frase que foi pronunciada:

“Ao invés de uma festa cívica, estamos passando por momento de imenso perigo para a normalidade democrática, com risco às instituições da República”

Carta em Defesa da Democracia e pelo Sistema Eleitoral, divulgada pela Faculdade de Direito da USP em 11 de agosto de 2022

História de Brasília

A mais bela superquadra de Brasília, ninguém pode negar, é a do IAPB. E principalmente por causa dos jardins. Pois bem. Um dos homens que fez aqueles jardins, depois de nos deliciar com seu trabalho, acaba de ser demitido. (Publicado em 26/5/1962)

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



A Aliança Global e o caminho para alcançar a Agenda 2030



» WELLINGTON DIAS
Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil

» JOSÉ MANUEL ALBARES
Ministro dos Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação do Governo de Espanha

Faltam apenas quatro anos para alcançarmos os compromissos estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O tempo é curto, e o desafio, imenso. Das 139 metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para as quais há dados disponíveis sobre tendências, apenas 36% estão no caminho certo ou apresentam avanços moderados, segundo as Nações Unidas. Existe um risco real de chegarmos a 2030 sem termos cumprido uma parcela significativa do que foi acordado pelos 193 Estados-membros das Nações Unidas.

Mas os últimos anos também deixam uma importante mensagem de esperança: é possível avançar. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a fome no mundo diminuiu de 733 milhões de pessoas em 2023 para 645 milhões em 2025. A evolução da pobreza demonstra que avanços sustentados podem transformar a realidade no longo prazo. Segundo o Banco Mundial, desde 1990, o número de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza caiu

mais de 60%, e cerca de 1,5 bilhão de pessoas saíram dessa condição em uma geração.

A fome e a pobreza não são inevitáveis. Quando há vontade política e financiamento adequado, podemos transformar a vida de milhões de pessoas. O desafio dos próximos quatro anos é acelerar esses avanços e fazer com que eles também alcancem aqueles que ainda estão ficando para trás.

Sabemos que o atual cenário mundial apresenta dificuldades: a escalada dos conflitos, as mudanças climáticas, o enfraquecimento do multilateralismo e a redução da ajuda oficial ao desenvolvimento afetam de maneira desproporcional as populações mais vulneráveis. Estima-se que mais de 45 milhões de pessoas adicionais possam ser empurradas para uma situação de fome aguda em consequência dos impactos econômicos de uma guerra prolongada no Oriente Médio.

Cada um desses desafios é uma razão para nos unirmos e redobramos os esforços. Precisamos ir além de iniciativas isoladas e de um financiamento fragmentado. É necessário ampliar a escala daquilo que já demonstrou funcionar: políticas sociais, alimentação escolar, apoio a pequenos produtores, inclusão econômica e resiliência diante das mudanças climáticas. Esse é precisamente o objetivo da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

E não podemos erradicar a fome e a pobreza sem avançar na igualdade de gênero. As mulheres desempenham um papel fundamental nos sistemas alimentares, na agricultura familiar e na sustentação de suas comunidades, mas continuam enfrentando barreiras no acesso a recursos, financiamento, terra, proteção social e oportunidades econômicas. A igualdade de gênero deve estar incorporada desde

a formulação das políticas, fortalecendo a autonomia econômica das mulheres, seu acesso a recursos e sua participação efetiva nos processos de decisão.

A Aliança oferece um modelo inovador de cooperação que coordena esforços para apoiar, em larga escala, políticas públicas eficazes e lideradas pelos países. Desde seu lançamento, durante a presidência brasileira do G20, em 2024, tem ampliado sua capacidade de mobilização. Em 19 países, já apoia programas nacionais de grande escala em diferentes etapas de preparação e implementação, de acordo com as prioridades definidas por cada governo. Entre eles, estão programas de produção pecuária na Etiópia e programas de proteção social e de transferência de renda na Zâmbia, para citar alguns exemplos.

Com essa determinação e esse senso de urgência, durante um evento paralelo à 81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, Brasil e Espanha, como copresidentes da Aliança Global, reunimos governos e parceiros para debater formas de acelerar o combate à fome e à pobreza nos quatro anos que restam até 2030.

É necessário aumentar o investimento em políticas integradas e em alianças capazes de conectar as prioridades de cada país ao apoio internacional, assim como fortalecer os mecanismos de financiamento que permitam preservar os avanços alcançados.

Os próximos quatro anos serão decisivos. A fome não é consequência da falta de alimentos, mas da desigualdade, da exclusão e das decisões políticas. Chegamos a 2030 com resultados significativos. Dependerá das decisões que tomarmos agora e da ação que a Aliança já está colocando em prática.